

GLOBALIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO: É POSSÍVEL REVERTER ESSES PROCESSOS?

Rafael Almeida Ferreira Abrão¹
Universidade Estadual Paulista - UNESP²

Resumo: A partir dos anos 1990, a trajetória de construção da indústria brasileira foi interrompida pela adoção de uma nova estratégia econômica pautada no neoliberalismo em detrimento do desenvolvimentismo. Com as ideias neoliberais e globalizantes, o objetivo das políticas econômicas deixou de ser o desenvolvimento nacional alicerçado na industrialização e passou a ser a integração do país à economia internacional. As convicções de que a globalização beneficiaria a todos os países certamente não se concretizaram, uma vez que hoje temos uma forte reação política que pode desencadear a reversão desse processo. Entre os efeitos negativos da globalização está a desindustrialização de diversas regiões, desenvolvidas e subdesenvolvidas, que se desindustrializaram imoderadamente à medida que se globalizavam. No caso brasileiro, a participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) regrediu aos níveis registrados em 1910. Seria possível reverter a globalização? Existe a possibilidade de reindustrializar regiões que perderam seus parques industriais? Como reagiria o mercado financeiro diante do declínio do processo de globalização? O texto discute a atual conjuntura política e econômica mundial, especialmente a posição do Brasil diante desse cenário, sua posição na divisão internacional do trabalho e a situação do seu parque industrial, levando em consideração questões sociais, econômicas e ambientais. Concluímos que a reindustrialização do Brasil seria possível apenas a partir do abandono das políticas econômicas liberais vigentes.

Palavras-chave: Globalização; Desindustrialização; Indústria Brasileira.

Introdução

O Brasil conseguiu instalar um extenso parque industrial, assim como o México e a Argentina, mas, no caso brasileiro, este era mais forte e diversificado. Esse processo de industrialização foi conduzido pelo Estado e teve a ideologia desenvolvimentista como alicerce, na qual o planejamento estatal era responsável por realizar as transformações estruturais na economia brasileira. O papel do Estado na economia foi questionado a partir da década de 1980, quando é possível observar a reversão do processo de industrialização, com o declínio gradativo da indústria.

¹ Bacharel em Relações Internacionais (2011-2015) pela Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN), da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília (Endereço eletrônico: ra.abrao@gmail.com).

² A pesquisa que resultou neste trabalho foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio do Programa de Demanda Social (DS) e orientada pela Prof.^a Dr.^a Marina Gusmão de Mendonça, a qual eu agradeço imensamente pelos comentários e pelo contínuo incentivo.

Desde a década de 1980, o Brasil vive um processo gradativo de liberalização econômica. As políticas econômicas adotadas desde então tiveram forte impacto na economia brasileira, com grandes transformações. Partes destas transformações foram positivas, como a estabilização da moeda na década de 1990, durante o governo de Itamar Franco, e outras negativas, como a redução da participação do setor industrial no Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, considera-se a possibilidade de o país vivenciar um processo de desindustrialização precoce, retrocedendo ao modelo primário-exportador e exportando apenas produtos com baixo valor agregado.

A trajetória de construção da indústria brasileira foi interrompida pela adoção dessa nova estratégia econômica pautada na ideologia neoliberal. Com a globalização, o objetivo das políticas econômicas deixou de ser o desenvolvimento nacional alicerçado na industrialização e passou a ser a integração do país à economia internacional. As convicções de que a globalização beneficiaria a todos os países não se concretizaram, o que é evidenciado pelo aumento das desigualdades entre regiões ricas e pobres do planeta. Os resultados desencadearam uma forte resistência às políticas neoliberais, que passaram a ser relacionadas, por setores da sociedade, à deterioração das condições de vida e trabalho.

Entre os efeitos negativos da globalização está a desindustrialização de diversas regiões, desenvolvidas e subdesenvolvidas, que se desindustrializaram à medida que liberalizavam suas economias. No caso brasileiro, a participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) regrediu aos níveis de 1910. Dessa forma, o texto busca compreender a dinâmica imposta à indústria pelo processo de globalização, analisando as consequências econômicas e sociais por meio de uma ampla revisão crítica da literatura disponível sobre o tema.

O conceito de desindustrialização

O termo desindustrialização foi consolidado por Rowthorn & Ramaswamy (1997; 1999)³ e referia-se à redução da participação do emprego industrial no emprego total de países desenvolvidos. Esse efeito era tido como uma etapa natural do desenvolvimento capitalista e um resultado das transformações estruturais na demanda por produtos industriais e de serviços⁴. Ou seja, a desindustrialização era tida originalmente como um processo causado

³ Enquanto a maior parte da literatura acadêmica sobre o tema atribui a definição de desindustrialização ao estudo desenvolvido pelos dois autores e publicado pelo FMI, uma definição sobre o processo já havia sido realizada por Robert Rowthorn e John Wells (1987), em '*De-industrialization and foreign trade*'.

⁴ Observava-se que o aumento da renda per capita era acompanhado da redução da elasticidade da demanda por produtos industriais, o que levava à diminuição proporcional da indústria na economia

por fatores internos. Esse conceito foi ampliado por outros autores, como Palma (2005) e Bresser-Pereira (2008), passando a referir-se também à redução do valor adicionado da indústria na proporção total do PIB. Portanto, o processo de desindustrialização é caracterizado pela perda proporcional da relevância do setor industrial em relação ao restante da economia e não necessariamente pela redução ou estagnação da produção e dos empregos na indústria em valores brutos.

Posteriormente, o termo desindustrialização passou a ser aplicado às economias subdesenvolvidas. Observou-se que economias da África, América Latina e Oriente Médio não estavam se desindustrializando como consequência de uma dinâmica natural do capitalismo, mas como resultado de falhas de funcionamento de seus mercados (OREIRO *et al.*, 2011). Esse processo foi caracterizado como uma *desindustrialização precoce*, pois tem ocorrido antes de dar origem a uma economia dinâmica e tem culminado em um ambiente de desemprego, redução da renda e baixo crescimento econômico (RICUPERO, 2014).

Em relatório divulgado em 2003, a UNCTAD identificou dois grupos de países, que podem ser diferenciados entre os que apresentam uma desindustrialização normal (ou positiva) e os que vivenciam um processo de desindustrialização precoce (ou negativa). No primeiro grupo, a diminuição de manufaturas no PIB é apenas proporcional ao aumento da participação do setor de serviços na economia, sem prejuízos para a produção ou à exportação de manufaturados, tampouco de competitividade e inovação tecnológica. Esses países possuem renda elevada e conseguiram mantê-la alta mesmo após o início dos seus processos de desindustrialização, no final da década de 1970. Um segundo grupo é formado por países subdesenvolvidos da América Latina, da África e do Oriente Médio que desenvolveram indústrias relevantes e, no entanto, permanecem com o nível de renda reduzido. Nesse caso, a desindustrialização tem o sentido de abortar o processo industrializante antes de dar origem a uma economia dinâmica (UNCTAD, 2003). Conforme assinalou Rubens Ricupero,

A desindustrialização precoce é a variante patológica da chamada “desindustrialização positiva”. Quando a industrialização completa com êxito o processo do desenvolvimento, elevando a renda *per capita* a um nível alto e autossustentável, o setor manufatureiro começa a declinar, em termos relativos, como proporção do produto e do emprego. Isso ocorre em um contexto de crescimento rápido e pleno emprego, no momento em que se atinge renda *per capita* elevada. O fenômeno é patológico quando aparece em economias em que a renda permanece reduzida e em contextos de baixo crescimento. Nesse caso, o processo de industrialização abortou antes de dar nascimento a uma economia próspera de serviços, capaz de absorver a mão de obra desempregada pela indústria (RICUPERO, 2014).

No caso brasileiro, diversos fatores contribuem para o processo de desindustrialização

precoce. Primeiramente, o país construiu uma estabilidade monetária⁵ baseada em uma ortodoxia macroeconômica prejudicial ao investimento produtivo: obsessão pelo controle inflacionário, taxa de câmbio apreciada e taxa de juros da dívida pública elevada. A manutenção de altas taxa de juros torna os títulos da dívida pública prejudiciais para a indústria, pois o investimento especulativo se mostra mais atraente que o investimento produtivo, fazendo o empresário investir somente quando extremamente necessário. Ao comparar a taxa de retorno do investimento especulativo com a taxa de lucro de investimento em um setor produtivo, o industrial só realiza investimentos quando extremamente necessário. Por outro lado, a taxa de câmbio reduz a competitividade dos produtos nacionais e o anseio de uma taxa de inflação reduzida força medidas contracionistas.

Outros fatores que contribuem para a desindustrialização do Brasil são externos: a ascensão da China como principal parceira comercial do país trouxe aumento das exportações de produtos primários, e ao mesmo tempo, esse fluxo de capital contribuiu para apreciar a moeda nacional. A moeda apreciada contribui para a diminuição da competitividade da indústria nacional, tanto no mercado externo quanto no interno, com os produtos chineses ocupando esses vácuos. Em outras palavras, a alta das exportações de *commodities* para a China reprimarizou a pauta exportadora brasileira. É importante destacar que outras regiões do mundo, pobres e ricas, estão se desindustrializando, pois grande parte da manufatura global está se concentrando na China (SALAMA, 2012), e mesmo outras economias asiáticas que emergiram recentemente têm se transformado em economias de serviços.

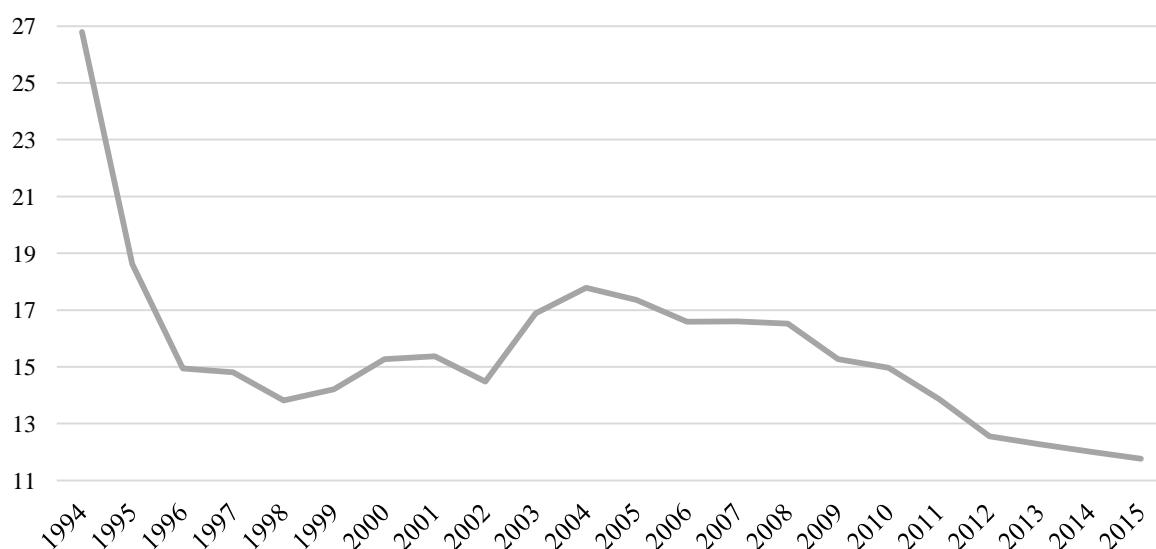
A situação da indústria brasileira é preocupante, pois na história econômica mundial não há registro de país que tenha se desenvolvido sem a utilização da industrialização como fator dinamizador da economia e do aumento do nível geral de renda (RICUPERO, 2014). Os países avançados que, posteriormente, adotaram um discurso econômico neoliberal não tiveram essa experiência histórica, uma vez que sua trajetória de desenvolvimento não teve uma estratégia liberal (CHANG, 2004, p. 211).

Na verdade, a experiência histórica confirma que as economias de países como a Austrália, o Canadá e alguns dos escandinavos, que utilizaram mais amplamente as exportações de produtos primários para atingir altos níveis de renda, passaram todas por períodos de forte desenvolvimento e diversificação da indústria como componentes essenciais de sua estratégia de crescimento. Mesmo as cidades-Estados do nosso tempo – Hong Kong e Cingapura –, hoje predominantemente economias de serviços, recorreram no início e por longo tempo à industrialização a fim de superar a estreiteza do mercado nacional e deslanchar o processo de desenvolvimento (RICUPERO, 2014).

⁵ A estabilidade econômica alcançada pelo Plano Real foi obtida por meio de duas variáveis perversas para o setor industrial: uma taxa de câmbio valorizada e uma taxa de juros dos títulos públicos de alta rentabilidade (CANO, 2012, p. 1-20).

Após um período de escalada de preços, a cotação dos artigos primários teve considerável redução no mercado internacional. Paralelamente, uma resolução para a desindustrialização brasileira não foi buscada, uma vez que o país continuava a crescer com base na exportação de produtos primários. Entre 2005 e 2015, a participação da indústria no PIB regrediu de 17,4% para somente 11,8% (BANCO MUNDIAL & OCDE, 2015). Em resumo, esses dados mostram que a indústria brasileira perdeu 32% de sua relevância na economia, evidenciando que o Brasil se encontra em um processo acelerado de desindustrialização, conforme ilustra o gráfico a seguir:

Gráfico 1. Indústria de Transformação, valor adicionado (% de participação no PIB)



Fonte: Banco Mundial & OCDE, 2015.

É possível observar no gráfico acima que, após a implantação do Plano Real, a indústria perdeu participação no PIB de forma acelerada. Essa queda está associada à abertura de mercado imposta após o Real, que colocou os produtos nacionais para concorrer com produtos importados, como forma de controlar a inflação. Além disso, com o câmbio valorizado (que chegou a ter paridade com o dólar, ou seja, 1 real era igual a 1 dólar), a abertura provocou uma enxurrada de importados nas prateleiras dos supermercados. As indústrias nacionais perderam parte do mercado nacional, ao mesmo tempo em que não estavam preparadas para competir por mercados no exterior, e como resultado, ocorreram fusões, falências e desnacionalizações das empresas do setor.

Durante a década de 2000, a percepção da crise na indústria foi neutralizada pelo bom desempenho de outros indicadores econômicos, especialmente o aumento das exportações de produtos primários, ou *commodities*, para a China. O ciclo de crescimento baseado no valor elevado das *commodities* no mercado internacional se encerrou em 2013 e evidenciou o

aumento da dependência da exportação de produtos primários na economia brasileira.

A desindustrialização como resultado da globalização

A globalização pode ser entendida como a integração de países ao redor do mundo, em decorrência de diversas transformações, tais como a redução dos custos de transporte e comunicação e a diminuição das barreiras existentes sobre fluxos de mercadorias, serviços, capital, conhecimento e, em menor grau, de pessoas. Essas transformações foram, em geral, lideradas por grandes corporações transnacionais que ansiavam por movimentar não apenas capital, como também tecnologia, sem se submeter aos Estados Nacionais (STIGLITZ, 2002, p. 6-9). Esse processo de globalização foi também orquestrado por Organizações Internacionais, conforme destaca Belluzzo:

No início da década dos 90, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial anunciaram a nova agenda de reformas para os países em desenvolvimento. Entre as recomendações figurava com brilho e *aplomb* a abertura da conta de capitais. Os modelos teóricos utilizados pelo FMI e pelo Banco Mundial garantiam que a abertura e a desregulamentação financeiras promoveriam a atenuação das flutuações da renda nos países da periferia (BELLUZZO, 2016, p. 68).

Muitas das ideias ditadas por essas organizações internacionais como um consenso e a imposição de medidas liberais aos países em desenvolvimento foram feitas apesar de não haver evidências de que elas poderiam estimular o crescimento econômico e a despeito da estratégia liberal não ter sido o caminho adotado pelas nações desenvolvidas em suas trajetórias de desenvolvimento. O resultado da adoção dessas políticas foi o aumento da instabilidade econômica na América Latina e efeitos pífios em relação às taxas de crescimento econômico, com exceção do Chile, que comumente é utilizado como exemplo de caso de sucesso nos estudos da liberalização econômica na região (STIGLITZ, 2002, p. 12-16).

Nos países desenvolvidos, o ressurgimento do ideário liberal teve como consequência a redução do ritmo de crescimento e do emprego industrial, além de ter fomentado transformações institucionais e financeiras na economia mundial. Os Estados Unidos já defendiam um mundo economicamente mais aberto desde o fim da Segunda Guerra Mundial⁶, entretanto, esse discurso ganhou força durante a década de 1980, após o agravamento do desequilíbrio da balança comercial norte-americana e da elevação das taxas de inflação naquele país. Esse cenário mudou a estratégia econômica norte-americana e abriu espaço para políticas monetaristas e recessivas (GILPIN, 2000, p. 227-248; PALMA, 2005, p. 88-89).

⁶ Para atender a esses interesses, os EUA buscaram construir uma nova ordem internacional, que deu origem à diversas instituições, como as Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Além disso, os EUA se comprometeram com uma política comercial aberta e não-discriminatória, fato concretizado por meio do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) (GILPIN, 2000, p. 227-248).

As dificuldades na economia norte-americana foram associadas ao tamanho do Estado, à alta carga tributária e a um sistema previdenciário inflado, o que segundo os economistas liberais estaria desestimulando a atuação da iniciativa privada e prejudicando o funcionamento do livre mercado, o que marcou uma redefinição da política econômica norte-americana (GILPIN, 2000, p. 227-248). A indústria norte-americana e europeia foram extremamente prejudicadas por essa guinada liberal, passando a apresentar redução das taxas de investimento, do nível do emprego industrial e das taxas de crescimento da produção. Nesse sentido, Palma (2005, p. 88-89) identifica uma correlação entre a adoção de políticas liberais nos países desenvolvidos e o início do processo de desindustrialização, que apesar de ter coincidido com outros fatores, como transformações tecnológicas e expansão de investimentos financeiros, não pode ser ignorada.

Segundo Hiratuka & Sarti (2017, p. 198), anteriormente o processo de desenvolvimento industrial de uma nação exigia uma intensa internalização dos processos de produção, o que fomentava a atividade econômica de diferentes maneiras. O desenvolvimento industrial mobilizava mão de obra, recursos tecnológicos e o aprimoramento do funcionamento do Estado, que liderava o processo e definia os setores estratégicos da economia. Entretanto, na nova configuração global que emergiu a partir das cadeias globais de valor, um país pode atrair determinadas etapas de uma cadeia produtiva sem internalizar uma estrutura industrial complexa, podendo o impacto da indústria ser bem menor do que ocorria no passado. Essa nova dinâmica da produção global beneficiou especialmente a China, que em 2010 passou a representar 15,4% do valor adicionado dos produtos manufaturados e 10,3% das exportações mundiais. Em 1980, esses indicadores eram de apenas 1,4% e 1%, respectivamente.

Dessa forma, a globalização demonstra ser um fator decisivo para desencadear o processo de desindustrialização em nível global, tanto em regiões ricas, quanto em áreas pobres como a América Latina:

As raízes da crise encontram-se nas mudanças que a globalização acarretou nas empresas, nas instituições e nos regimes de comércio e de investimento mundiais nas últimas décadas. A globalização tornou mais permeável o mercado mundial à circulação de bens e de capital; viabilizou a industrialização acelerada da Ásia, incorporando centenas de milhões de novos consumidores e de trabalhadores; reorganizou a produção em cadeias globais de valor com forte redução de preços relativos dos bens industriais; internacionalizou a prestação de serviços com grande aumento da produtividade e consolidou mercados gerando empresas globais com escala e sinergias superiores às corporações multinacionais do pós-guerra (LAPLANE, 2016, p. 83).

Salama (2012, p. 224-225) destaca que, apesar de continuarem registrando taxas de crescimento, desde o início da década de 2000 a desindustrialização em países desenvolvidos

se acelerou em decorrência de um processo agudo de deslocamento das cadeias produtivas para países que apresentam menor custo de produção⁷ e, com exceção da Alemanha, esse processo vem ocasionando a diminuição do peso relativo da indústria nessas economias. O deslocamento de atividades industriais e de serviços é facilitado pelo liberalismo, pois a ausência de políticas industriais em cada país, o número reduzido de proteção aos mercados nacionais e os baixos custos de transporte proporcionados pelos avanços tecnológicos tornou possível a produção de bens em locais distantes dos mercados consumidores. Os custos de produção reduzidos dos países receptores dessas cadeias globais de valor são propiciados especialmente por meio da manutenção de salários em níveis reduzidos e a quase inexistência de direitos sociais e de proteção ambiental.

Do ponto de vista da estrutura produtiva e da organização das atividades econômicas, observou-se uma intensa desverticalização, com a fragmentação de atividades acompanhadas por uma intensa transferência internacional de etapas produtivas, de maneira a aproveitar as possibilidades de redução de custos, acompanhados dos ganhos de economias de escala e escopo, viabilizadas pela ampliação dos mercados e pela gestão coordenada de atividades geograficamente dispersas. O processo de produção passou a ocorrer crescentemente sob a forma de uma rede internacional, integrando diferentes países e diferentes empresas, realizando etapas da cadeia de valor sob a coordenação das grandes corporações (HIRATUKA & SARTI, 2017, p. 198).

Na América Latina, observa-se um movimento de redução do peso do setor industrial, do valor agregado da produção e da sofisticação tecnológica presente nos bens produzidos, além de déficits comerciais cada vez maiores, causados particularmente pela importação de bens tecnológicos e da valorização das moedas locais frente ao dólar e ao yuan. No caso mexicano de desindustrialização, primeiramente ocorreu a mudança de um grande número de empresas norte-americanas para a fronteira entre os dois países, que se deslocaram em busca de mão de obra barata. Em um segundo momento, quando a mão de obra começou a se qualificar e os custos com recursos humanos passaram a se expandir, a proporção de componentes importados em relação ao produto final aumentou, até chegar ao ponto em que a indústria mexicana passou a ser composta basicamente por empresas de montagem de componentes produzidos no exterior, o que chamamos de indústrias maquiladoras (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 61-63). Esses movimentos ocorreram graças à participação do país no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), pois o acordo tornou a entrada de produtos mexicanos preferencial no mercado estadunidense⁸.

⁷ O processo de globalização tem incitado um crescente debate acadêmico para definição de um termo que caracterize as atividades das empresas multinacionais que estabeleceram a produção de componentes no exterior, formando complexas cadeias produtivas globais. Entre eles, estão conceitos como *offshoring* (BLINDER, 2006), *unbundling* (BALDWIN, 2006) e *task trade* (GROSSMAN & ROSSI-HANBERG, 2006).

⁸ Com a intenção de ter acesso privilegiado ao amplo mercado norte-americano, o México propôs a assinatura de um acordo comercial com os Estados Unidos e o Canadá. A criação, em 1994, do Acordo de Livre Comércio da

Segundo Bresser-Pereira, o surgimento de indústrias meramente maquiladoras se tornou algo recorrente no setor industrial de países latino-americanos:

Diante do fato de que suas vendas externas estão deixando de ser lucrativas, e que a importação de bens concorrentes está aumentando, primeiro, as empresas farão esforços redobrados para aumentar a produtividade; depois reduzirão ou suspenderão as exportações, ou então aumentarão a participação dos componentes importados de sua produção com a finalidade de reduzir custos; afinal, na continuidade desse processo, se tornarão elas próprias meras importadoras e montadoras do bem que reexportam ou vendem no mercado interno. Em outras palavras, a indústria de transformação do país vai se transformando em uma indústria maquiladora. A desindustrialização está em marcha. As vendas das empresas da indústria de transformação e mesmo suas exportações podem continuar a apresentar valores elevados, mas seu valor agregado diminuirá [...] (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 61)

Para Baldwin (2006), uma das consequências do processo de globalização é a competição internacional entre trabalhadores individuais, que passam a dividir tarefas com trabalhadores de outros países. As tarefas que exigem maior qualificação técnica passaram a ser realizadas em países ricos, por terem abundância desse tipo de mão de obra, enquanto as tarefas menos qualificadas e com menores salários passaram a ser realizadas por trabalhadores de países pobres e menos qualificados. Segundo Frieden (2008, p. 616-642), essa nova divisão internacional do trabalho imposta pela globalização forçou os países do Terceiro Mundo a competir por vantagens comparativas e conquistar espaço no mercado mundial.

No caso dos tigres asiáticos (Coreia do Sul, Hong Kong, Taiwan e Singapura), ocorreu a instrumentalização de baixos salários como impulso para a industrialização, e, posteriormente, para passar a produzir manufaturas de maior valor agregado. Logo após, China, Tailândia e Indonésia seguiram a mesma estratégia. O México, como vimos, passou a montar produtos e reexportar para os Estados Unidos. Muitas indústrias passaram a utilizar a terceirização como forma de reduzir custos, deixando parte da cadeia produtiva a cargo de empresas em países pobres. De forma geral, a produção tornou-se global por razões políticas, econômicas e regulatórias e comércio internacional passou a ter maior relevância na estratégia de desenvolvimento dos países pobres. Conforme o autor destaca:

As forças globalizantes impulsionaram e atraíram diferentes partes do mundo para uma divisão de trabalho ainda mais eficiente. Áreas com melhores níveis de educação se especializaram em operações de administração e controle, pesquisa e desenvolvimento, e outras atividades relacionadas. Aquelas com profissionais bastante capacitados se concentraram em processos que exigissem habilidades

América do Norte (NAFTA) consolidou as mudanças na política econômica norte-americana, que passou a ser voltada para a conquista de mercados por meio da quebra de barreiras tarifárias e não discriminação da nacionalidade de produtos. Após a assinatura do NAFTA, a perspectiva de abertura passou a abranger todo o hemisfério: os Estados Unidos propuseram então a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Apesar das negociações para implantação da ALCA terem avançado, os países latino-americanos reduziram o ritmo acelerado com que a abertura econômica no final da década de 1990, em decorrência dos resultados pífios que as políticas neoliberais vinham apresentando e da resistência dos Estados Unidos em reduzir suas barreiras tarifárias (GILPIN, 2000, p. 239-243).

específicas. Países com contingentes de trabalhadores sem especialização construíram vantagem comparativa com mão de obra barata, assim como aqueles com recursos naturais abundantes exploravam estes recursos. O capitalismo global atraiu centenas de milhões de pessoas do Leste Asiático, da América Latina e de todos os cantos do mundo para uma produção que visasse aos mercados globais (FRIEDEN, 2008, p. 618).

Apesar de Frieden destacar os efeitos positivos da globalização, a maioria dos países foi prejudicada por esse processo, que levou muitas regiões do mundo a sentir os efeitos da especialização econômica, da redução da oferta de emprego e, em muitos casos, da desindustrialização. Segundo Stiglitz (2002, p. 3-6), protestos e manifestações tornaram-se recorrentes no Terceiro Mundo após o início da implantação de medidas neoliberais na década de 1980 e essa insatisfação da população com os efeitos da globalização se expandiu para os países desenvolvidos no final da década de 1990. Esse posicionamento da sociedade contra a globalização ocorreu especialmente pelo fato das promessas globalizantes não terem se concretizado, ao invés de aumento da prosperidade, observamos o aumento da pobreza e da miséria, além do desencadeamento de sucessivas crises econômicas na América Latina, na Ásia e durante a transição das antigas nações comunistas.

A introdução do neoliberalismo na América Latina

Na América Latina, as políticas neoliberais foram primeiramente introduzidas durante a ditadura de Augusto Pinochet (1974-1990), no Chile. Assim como ocorreu nos países desenvolvidos, a adoção de um novo ciclo de políticas econômicas liberais apresentou resultados negativos, reduzindo as taxas de crescimento econômico e o nível de emprego industrial dos países latino-americanos (PALMA, 2005, p. 88-89). Durante a década de 1980, diversos países passaram a reduzir investimentos públicos, eliminar políticas de proteção à indústria e adotar uma taxa de câmbio flutuante, tornando suas moedas vulneráveis a uma excessiva valorização em relação ao dólar (BRESSER-PEREIRA, 2008).

Os anos 1990 foram marcados pelo predomínio da ideologia neoliberal e por fortes medidas reformistas, dentre elas destacam-se a privatização de empresas estatais em diversos países da América Latina. A liberalização do marco regulatório brasileiro se concentrou principalmente nos âmbitos comercial e financeiro (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 733). A partir das políticas adotadas para viabilizar a abertura econômica, uma ação sem precedentes na história econômica do país, o Brasil passou a sofrer mais duramente os efeitos do sistema internacional. Sua capacidade de influir sobre este reduziu-se e, com isto, a capacidade de decidir sobre seu próprio futuro. Sem espaço para políticas alternativas em meio a um neoliberalismo ditado como impreterível, o país se tornou o que Cervo & Bueno (2010, p.

427) definiram como ‘indócil submisso’, incapaz de defender seus interesses nacionais frente às fragilidades que se acumularam.

Foi como parte de um mundo ‘globalizado’ que a economia brasileira mergulhou em contradições que dificultaram ainda mais seu curso histórico de desenvolvimento. Celso Furtado observou que “*o motor do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno para ser a integração com a economia internacional*” (FURTADO, 1992, p. 32), o que chamou de “construção interrompida”. Dessa forma, a indústria, fundamental para a melhoria de renda da população, entrou em decadência. O desmonte da indústria nacional é resultado desse movimento de liberalização econômica. Uma consequência da reorganização do sistema econômico nacional, que passou a ter como fim a integração subordinada à economia mundial.

[...] a hegemonia do pensamento neoliberal instituiu um novo paradigma, em que o predomínio das relações de mercado (com privatização e desregulamentação) minimizaria incisivamente o papel que deveria ser desempenhado pelo Estado. Sob a égide da globalização, com o estreitamento das conexões internacionais de comércio, investimento e fluxos de capitais, a política de desenvolvimento se reduziria à criação de condições propícias para atrair investidores, lubrificando-se ao máximo a liberdade privada de acumulação. Ao Estado incumbiria, no máximo, suprir certas externalidades, assegurando principalmente a estabilidade de preços sob uma política fiscal austera e liberdade cambial. Neste contexto, a teoria do desenvolvimento perderia substância, sendo inútil empenhar energias na reflexão sobre como engendrar processos de desenvolvimento – os mercados e a exposição das economias às forças benéficas da competição global seriam respostas suficientes (COUTINHO & BELLUZZO, 1996, p. 129).

Os resultados da adoção do receituário do Consenso de Washington⁹ na América Latina foram baixas taxas de crescimento econômico e deterioração da situação social. E, apesar dos esforços dos meios de comunicação locais em mostrar apenas os aspectos considerados positivos, não podem deixar de ser vistos como modestos e limitados às questões como estabilização monetária e ao equilíbrio fiscal. Conforme assinalou Batista (1994, p. 26), o neoliberalismo foi uma tentativa temerária, pois agravou os principais problemas latino-americanos: miséria, desemprego e tensão social.

A industrialização foi a espinha dorsal do projeto de desenvolvimento nacional promovido entre as décadas de 1930 e 1970. Portanto, o neoliberalismo introduzido nos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e de Itamar Franco (1992-1994), e aprofundado nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), representava não

⁹ Consenso de Washington é como ficou amplamente conhecido o encontro ‘*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*’, promovido pelo Institute for International Economics, em 1989. Nessa ocasião, membros do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) determinaram que a cooperação financeira externa teria que ter como condição o cumprimento da agenda de reformas liberalizantes recomendadas pelo governo estadunidense e por essas instituições (BATISTA, 1994, pp. 5-6).

apenas o abandono desse projeto, como também o desprezo pelo conhecimento acumulado em ciências sociais e econômicas pelos pensadores do Brasil¹⁰ como nação. O destino nacional passou a responder às vontades do *livre mercado*, mais especificamente ao mercado financeiro. Para a sobrevivência das empresas industriais, foi necessária uma reorganização do parque produtivo: entre fusões, aquisições e desnacionalização do capital, o resultado mais notório foi a sequência de falências de empresas industriais.

¹⁰ Entre os autores que contribuíram imensamente e de forma original para a formação de um pensamento econômico e social brasileiro estão Caio Prado Junior, Celso Furtado e Florestan Fernandes.

Retomando o processo de industrialização

Para Wilson Cano (2012, p. 847-850), os maiores entraves para retomar a industrialização do Brasil ou ao menos fortalecer os setores industriais que resistem ao processo de desindustrialização residem em decisões políticas. O autor destaca que a economia é resultado de decisões sociais tomadas por atores políticos e, portanto, a decisão de adotar uma política liberal em uma crise econômica implica, de acordo com o que já foi observado em crises anteriores, no aprofundamento das dificuldades existentes. Diante dessa perspectiva, a continuidade do regime macroeconômico atual impede o desenvolvimento industrial de tal forma que acaba por anular qualquer política industrial que venha a ser aplicada. Para reindustrializar o Brasil, seria necessário alterar a política cambial vigente, o grau de abertura comercial, reduzir a taxa de juros em vigor para tornar o investimento produtivo atraente e estabelecer controle sobre a entrada e saída de capitais estrangeiros para, dessa forma, aplicar políticas industriais que pudessem reverter o atual quadro de desindustrialização.

Segundo Pierre Salama (2012, p. 246; 2012b, p. 157-163), desde 2003, com a eleição de Nestor Kirchner, a Argentina pode ser considerada um caso de reindustrialização bem-sucedida, concebida a partir da restauração do controle estatal sobre o câmbio. A desvalorização do peso argentino possibilitou um novo ciclo de substituição de importações no país e de crescimento das exportações industriais em ritmo constante. Esse novo ciclo promoveu crescimento do emprego industrial e aumentos reais dos salários na indústria, o que resultou em efeitos positivos para o crescimento da economia como um todo. No entanto, apesar de gerar um ciclo virtuoso de crescimento, esse processo teve consequências sobre a taxa de inflação a partir de 2007.

A reação do mercado financeiro à uma tentativa de reordenar a economia global de modo a reestabelecer economias nacionais seria negativa, uma vez que o aprofundamento do processo de globalização foi acompanhado de uma financeirização crescente da economia mundial. A reação do mercado financeiro poderia causar danos aos países de maior vulnerabilidade externa, como é o caso do Brasil e dos outros países latino-americanos. Dessa forma, a reorganização da economia mundial poderia ocasionar a fuga de capitais dos países em desenvolvimento para os centros financeiros em países desenvolvidos, notadamente os Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental. Também poderia fazer com que as economias periféricas tivessem que elevar suas taxas de juros como forma de aumentar a rentabilidade e atrair capitais externos, o que poderia dificultar o desenvolvimento econômico, como já ocorre no Brasil. Portanto, o controle de fluxos de capital é fundamental para uma possível

reindustrialização. Segundo Stiglitz (2002, p. 17), os países europeus liberaram os fluxos de capital apenas na década de 1970, e, portanto, a abertura em economias que se industrializaram tardiamente pode ter sido precipitada. Belluzzo corrobora com essa visão, argumentando que a movimentação de capitais teve efeitos negativos nas economias pobres, conforme destacado no trecho abaixo:

Nas economias de moeda sem reputação e “ilíquidas” que se entregaram sem cuidados à abertura financeira, a mobilidade de capitais tende a produzir valorizações indesejadas, seguidas de desvalorizações abruptas. Nos momentos de contração da liquidez internacional, ainda que a adoção de um regime de taxa de câmbio flutuante seja capaz de amenizar o baque, as autoridades monetárias do país de “moeda fraca” - com “ponto de compra” imprevisível - poderão ser obrigadas a vender reservas ou subir as taxas de juros para estabilizar o curso do câmbio dentro de limites considerados seguros (BELLUZZO, 2016, p. 70).

Conforme citado anteriormente, a manutenção de altas taxas de juros está entre os fatores que contribuem para a persistência de baixas taxas de crescimento econômico e para as dificuldades no setor industrial brasileiro. Uma taxa de juros elevada torna os títulos da dívida pública prejudiciais para a indústria, pois o investimento especulativo se mostra mais atraente que o investimento produtivo. Dessa forma, ao comparar a taxa de retorno do investimento especulativo com a taxa de lucro de investimento em um setor produtivo, o empresário industrial só realiza investimentos quando extremamente necessário.

Após a crise internacional iniciada em 2007, diversos países da Europa adotaram políticas de austeridade, que incluíam a supressão de direitos dos cidadãos e a redução do papel exercido pelo Estado na garantia do bem-estar social. Mesmo com a diminuição de seus efeitos (ocorreu o afastamento da possibilidade de falência de Estados, empresas e instituições financeiras), a crise segue sem resolução, e os impactos sobre o consumo, a produção e a destruição de milhões de empregos continuam sendo sentidos. As expectativas de que a expansão dos países que formam o grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) lideraria a recuperação da economia mundial não se concretizaram e o Terceiro Mundo passou a sentir os impactos da crise a partir de 2012. Depois de 10 anos de consequências sociais, políticas e econômicas, diversas pessoas perderam não apenas seus empregos e sua fonte de renda, como também o acesso à moradia, bens e serviços públicos em decorrência da austeridade. Essa crescente insegurança e vulnerabilidade radicalizaram o discurso político e fragilizaram a democracia, causando o aumento da intolerância em relação à presença de imigrantes e do crescimento de grupos com discurso de ódio (LAPLANE, 2016, p. 82-83).

A crise explicitou o carácter desigual da apropriação dos benefícios da globalização entre países e no interior das economias nacionais. A concentração de riqueza e o aumento da desigualdade na distribuição da renda, que ocorreram ao longo de três décadas de crescente globalização, deixaram grandes segmentos da população em situação de fragilidade. A retração da atividade econômica e as medidas de austeridade agravaram significativamente o quadro. A crise também explicitou a

vulnerabilidade daqueles países que na globalização ficaram na condição de estruturalmente deficitários na produção de bens e serviços e, portanto, cronicamente dependentes de poupança externa para manter o nível atividades. Em contrapartida, aqueles países que na globalização capturaram a produção de bens e serviços de alto valor agregado tinham se tornado estruturalmente superavitários e acumulavam, portanto, volumes crescentes de riqueza que, reciclada nos circuitos da finança globalizada, tornava apenas aparentemente sustentável a frágil condição do primeiro grupo (LAPLANE, 2016, p. 83).

Enquanto alguns autores defendem a retomada de proteção à indústria a partir do abandono das políticas neoliberais, outros autores vão mais além, ao defenderem que estamos diante de um processo de desglobalização. De fato, alguns eventos recentes evidenciam o desgaste da ideologia neoliberal e a ascensão de movimentos de ultradireita em diversos países. A crise internacional de 2007, ainda sem perspectiva de resolução, reflete diretamente na política, como demonstra, por exemplo, a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos com um discurso politicamente nacionalista e economicamente protecionista, a saída do Reino Unido da União Europeia, e tentativas de golpes de Estado na América Latina, entre outros exemplos de desorganização do sistema econômico que evidenciam uma radicalização em direção ao conservadorismo e até mesmo ao fascismo.

No entanto, é necessário destacar que o Brasil parece seguir um caminho contrário, apesar de o governo estar notadamente mais conservador após a deposição da presidente Dilma Rousseff, o governo de Michel Temer tem retomado de forma radical a aplicação de medidas neoliberais, incluindo privatizações, desregulamentações, extinção de mecanismos de proteção e as intenções de atingir um maior grau de abertura econômica. Diante desse cenário, não apenas a reversão do processo de globalização parece não estar no horizonte político brasileiro, como também a retomada da industrialização do país como parte de uma estratégia de desenvolvimento econômico não é uma possibilidade em debate.

Um cenário de maior protecionismo nas principais economias do mundo poderia ser uma oportunidade para reintroduzir políticas de proteção à indústria nacional e retomar a estratégia de desenvolvimento que teve curso entre 1930 e 1980. Entretanto, o governo atual nada possui de nacionalista e torna essa hipótese, por hora, improvável, apesar de um projeto de desenvolvimento econômico ser extremamente necessário para a dinamização da economia e aumento geral do nível de renda. De fato, o documento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro¹¹ (PMDB, 2015), partido que controla o Estado desde a

¹¹ O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) é uma legenda heterogênea e, por hora, sem projeto político definido. O PMDB fazia parte da coligação que elegeu Dilma Rousseff (PT) e o então vice-presidente, Michel Temer (PMDB). No auge da crise política do segundo governo de Rousseff, Temer conspirou para depô-la do cargo. Após suceder à Rousseff na presidência, Michel Temer aliou-se ao PSDB para aplicar um projeto de governo neoliberal, que havia sido rejeitado nas urnas, nas eleições presidenciais de 2014.

redemocratização¹², ‘Ponte para o futuro’¹³, mostra que, em um cenário internacional de maior protecionismo, o Brasil caminha no sentido contrário. Esse governo possui um caráter antinacional e aprofunda radicalmente o receituário neoliberal.

Por fim, Junior *et al.* (2012) destacam que uma possível reindustrialização do Brasil teria que considerar os impactos sociais e ambientais que seriam provocados pelo fortalecimento do setor industrial. Segundo os autores, seria necessário desenvolver políticas específicas de proteção ambiental e fomento de processos de produção de acordo com as recomendações internacionais de sustentabilidade, o que poderia resultar em maior eficiência na aplicação de recursos naturais e energéticos.

Considerações finais

O presente artigo buscou evidenciar a correlação entre a aplicação de políticas neoliberais e o desencadeamento do processo de desindustrialização em diversas regiões do mundo, ricas e pobres, e os seus impactos negativos sobre o ritmo de crescimento econômico, o nível da oferta e geração de empregos, e a remuneração do trabalho. Discutimos, de maneira breve, a possibilidade de que os efeitos de ambos os processos possam ser revertidos. Para tanto, como já foi especificado no corpo do trabalho, seria necessário o abandono das políticas neoliberais e de ao menos parte das ideias globalizantes, com a adoção de um maior grau de protecionismo e do desenvolvimento de políticas de desenvolvimento industrial em cada país.

No caso dos países latino-americanos, demonstramos que a desindustrialização possui o agravante de estar ocorrendo precocemente e que apesar da experiência argentina demonstrar ser possível a retomada do processo de industrialização desses países por meio de uma política cambial ativa e soberana, a aplicação desse receituário enfrenta grande resistência de diversos setores sociais, especialmente os setores ligados ao mercado financeiro.

Por fim, diante da atual conjuntura econômica e política internacional, julgamos que o elevado grau de incerteza quanto às possíveis transformações que terão curso nos próximos anos nos impede de fazer análises mais precisas sobre o tema, ao mesmo tempo em que abre

¹² Em 1985, após mais de duas décadas de ditadura militar, o povo brasileiro conseguiu recuperar a democracia política, com o estabelecimento de um governo civil e a promulgação de uma nova Constituição, em 1988. Em 1989, Fernando Collor de Mello foi eleito, na primeira eleição presidencial direta desde 1960 (MENDONÇA & CARVALHO, 2017, p. 5)

¹³ *Ponte para o futuro* foi um documento lançado em 29 de outubro de 2015, pela Fundação Ulysses Guimarães, ligada ao PMDB. O documento trazia diretrizes de um novo rumo que deveria ser adotado pelo governo. Aconselhava a retomada do receituário neoliberal, especialmente o corte de direitos sociais. Em 21 de setembro de 2016, Michel Temer declarou, em Nova Iorque, que a deposição de Dilma Rousseff ocorreu, na verdade, por ela ter rejeitado as diretrizes desse documento (THE INTERCEPT BRASIL, 2016).

uma oportunidade para discutirmos os rumos da economia mundial e das condições a que a população foi submetida sob o amparo do discurso da globalização.

Referências Bibliográficas

- BANCO MUNDIAL & OCDE, 2015. Indústria de Transformação, valor adicionado (% de participação no PIB). Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicador/NV.IND.MANF.ZS?locations=BR>>. Acesso em: 17 abr. 2017.
- BALDWIN, R. Globalisation: the great unbundling (s). **Economic Council of Finland**, v. 20, n. 3, p. 5-47, 2006. Disponível em: <[http://appli8.hec.fr/map/files/globalisationthegreatunbundling\(s\).pdf](http://appli8.hec.fr/map/files/globalisationthegreatunbundling(s).pdf)>, acesso, em 2 set. 2017.
- BATISTA, P. N. **O consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2017.
- BELLUZZO, L. G. Os emergentes e a globalização financeira. In: **O futuro do desenvolvimento**: ensaios em homenagem a Luciano Coutinho. LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; LAPLANE, G.; SARTI, F. (Orgs.) Campinas: UNICAMP, IE, 2016. Disponível em: <https://www3.eco.unicamp.br/neit/images/stories/O_Futuro_do_Developmento_ensaios_em_homenagem_a_Luciano_Coutinho.pdf>, acesso em 10 set. 2017.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.
- BLINDER, Alan S. Offshoring: the next industrial revolution? **Foreign Affairs**, mar./abr., 2006. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2006-03-01/offshoring-next-industrial-revolution>>, acesso em 2 set. 2017.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 47-71, 2008. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/5bwf7p>>, acesso em 22 ago. 2017.
- CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. spe, p. 831-851, Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000400006&lng=en&nrm=iso>, acesso em 26 ago. 2017.
- CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. 3ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
- CHANG, H. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- COUTINHO, L. G.; BELLUZZO, L. G. Desenvolvimento e Estabilização sob Finanças Globalizadas. **Economia e Sociedade**. Campinas, n. 7. p. 129-154, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643183>>, acesso em 10 set. 2017.
- FRIEDEN, J. **Capitalismo global**: história econômica e política do século XX. Edição Digital. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.
- FURTADO, C. **Brasil**: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.
- GILPIN, R. **The challenge of global capitalism**: the world economy in the 21st century. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- GROSSMAN, G. M.; ROSSI-HANSBERG, E. The rise of offshoring: it's not wine for cloth anymore. In: _____. **The new economic geography**: effects and policy implications.

- Kansas: Federal Reserve Bank of Kansas City, p. 59-102, 2006. Disponível em: <<https://www.princeton.edu/~erossi/RO.pdf>>, acesso em 2 set. 2017.
- HIRATUKA, C.; SARTI, F. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 189-207, mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572017000100189&lng=en&nrm=iso>, acesso em 11 set. 2017.
- JUNIOR, P. S. P.; REYDON, B. P.; PORTUGAL, N. S. A sustentabilidade ambiental como direcionador estratégico ao processo de reindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. spe, p. 889-907, Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000400008&lng=en&nrm=iso>, acesso em 11 set. 2017.
- LAPLANE, M. Globalização, crise e os novos requisitos do desenvolvimento In: **O futuro do desenvolvimento: ensaios em homenagem a Luciano Coutinho**. LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; LAPLANE, G.; SARTI, F. (Orgs.) Campinas: UNICAMP, IE, 2016. Disponível em: <https://www3.eco.unicamp.br/neit/images/stories/O_Futuro_do_Deenvolvimento_ensaios_em_homenagem_a_Luciano_Coutinho.pdf>, acesso em 10 set. 2017.
- PALMA, J. G. Cuatro fuentes de “desindustrialización” y un nuevo concepto del “síndrome holandés”. In: OCAMPO, J. A. **Más allá de las reformas: dinámica estructural y vulnerabilidad macroeconómica**. Bogotá: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) - Naciones Unidas, 2005.
- MENDONÇA, M. G.; CARVALHO, D. C. The influences of anticorruption campaign on Brazilian political situation (2014-2016) In: GUOZHI, Liu (Org.). **Yellow Book of Brazil (2016)**. Wuhan: Social Sciences Academic Press, 2017.
- OREIRO, J. L.; SOARES, C.; MUTTER, A. Desindustrialização no Brasil e suas causas. **Valor Econômico**. 1 de junho de 2011. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/890879/desindustrializacao-no-brasil-e-suas-causas>>, acesso em 19 ago. 2017.
- PMDB, 2015. Ponte para o futuro. Disponível em: <http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf> Acesso em: 30 abr. 2017.
- RICUPERO, R. Desindustrialização precoce: futuro ou presente do Brasil? **Le Monde Diplomatique**. 6 de março de 2014. Disponível em: <<http://diplomatie.org.br/desindustrializacao-precoce-futuro-ou-presente-do-brasil/>>, acesso em 19 ago. 2017.
- ROWTHORN, R.; WELLS, J. **De-industrialization and foreign trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- ROWTHORN, R; RAMASWANY, R. “Deindustrialization: causes and implications”. Washington: **IMF Working Paper**, 1997. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/wp9742.pdf>>, acesso em 18 ago. 2017.
- ROWTHORN, R; RAMASWANY, R. “Growth, Trade and Deindustrialization”. Washington: **IMF Staff Paper**, 1999. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/Pubs/FT/staffp/1999/03-99/rowthorn.htm>>, acesso em 20 ago. 2017.
- SALAMA, P. China-Brasil: industrialización y "desindustrialización temprana". **Cuadernos de Economía**, vol. 31, n. 56, p. 253-272, 2012. Disponível em:

<<https://revistas.unal.edu.co/index.php/ceconomia/article/view/35841/39710>>, acesso em 28 ago. 2017.

SALAMA, P. Crescimento e inflação na Argentina nos governos Kirchner. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 157-172, 2012b. Disponível em:

<<http://ref.scielo.org/ctbc9m>>, acesso em 29 ago 2017.

STIGLITZ, J. E. **Globalization and its discontents**. Nova Iorque: WW Norton & Company, 2002.

THE INTERCEPT BRASIL, 2016. Michel Temer diz que impeachment aconteceu porque Dilma rejeitou 'Ponte para o futuro' Disponível em:

<<https://theintercept.com/2016/09/22/michel-temer-diz-que-impeachment-aconteceu-porque-dilma-rejeitou-ponte-para-o-futuro/>>. Acesso em: 25 mai. 2017.

UNCTAD. **Trade and Development Report**: capital accumulation, growth and structural change. Nova Iorque/Genebra: Nações Unidas, 2003. Disponível em:

<http://unctad.org/en/Docs/tdr2003_en.pdf>, acesso em 19 ago. 2017.